



mutualidades
portuguesas

**RELATÓRIO
E CONTAS DE 2018**

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos previstos nos Estatutos desta União, convocam-se as Associadas da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) para reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar no próximo dia **27 de julho de 2019**, às **10h00**, no **Salão Nobre de A Familiar de Grijó – Associação Mutualista, sito no Largo da Associação, n.º 85, 4415-486 Grijó, concelho de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2018 e respetivo Parecer do Conselho Fiscal;
2. Outros assuntos de interesse para a UMP e suas Associadas.

Conforme previsto nos Estatutos, a Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória se estiverem presentes mais de metade dos Associadas com direito de voto ou meia hora depois com qualquer número de Associadas.

Os documentos aludidos na presente convocatória são enviados nesta data por correio eletrónico para todas as Associadas e estão, desde esta data, disponíveis para consulta na **União das Mutualidades Portuguesas** e publicadas no sítio da Internet em www.mutualismo.pt.

Lisboa, 12 de julho de 2019

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Carla Sofia Oliveira Silva

Índice

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	2
I. INTRODUÇÃO	6
II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2018	8
1. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UMP	8
1.1. ADENDA AO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O BIÉNIO 2017-2018	8
1.2. PROJETO DE CAPACITAÇÃO – Mutualismo - Modernizar, Expandir e Afirmar.....	9
1.3. GRUPO DE TRABALHO IRCT.....	10
1.4. APOIO TÉCNICO ÀS MUTUALIDADES	11
1.5. PLATAFORMA MUTUALISTA	12
1.6. CENTRO INFANTIL DR. ANTÓNIO DA COSTA LEAL (CIDA CL).....	12
1.7. PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO	13
1.8. MUTUAL IN	14
1.09. FORMAÇÃO INTERNA.....	14
1.10. EVENTOS	15
1.10.1. DIA NACIONAL DO MUTUALISMO.....	15
1.10.1.1. ENTREGA DE PRÉMIOS.....	16
1.10.2. PRIMEIRA REUNIÃO ANUAL DE PRESIDENTES MUTUALISTAS	16
1.10.3. ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES MUTUALISTAS.....	16
1.10.4. JORNADAS MUTUALISTAS REGIONAIS (JMR)	17
1.10.5. SESSÃO PLENÁRIA SOBRE O ANTEPROJETO DO CÓDIGO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS.....	17
1.10.6. CHAMA MUTUALISTA.....	18
1.10.7. CONVENÇÃO NACIONAL DA SAÚDE.....	18
1.10.8. AUDIÇÃO PÚBLICA “POTENCIAL HUMANO E DESENVOLVIMENTO PESSOAL”	18
1.10.9. AUDIÇÃO SOBRE AÇÃO SOCIAL E REGRAS DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM AS IPSS.....	19
1.10.10. AUDIÇÃO PARA APRECIÇÃO DE INICIATIVAS LEGISLATIVAS RELATIVAS À CRIAÇÃO DO ESTATUTO DO CUIDADOR INFORMAL	20
1.10.11. IV FÓRUM DA ECONOMIA SOCIAL	20
1.10.12. CERIMÓNIA DE ENTRONIZAÇÃO.....	20
1.10.13. ENCONTRO “COOPERAÇÃO: UMA HISTÓRIA DE PARCERIA”	20
1.10.14. ESJOVEM/Y.ES	21

1.10.15. ATRIBUIÇÃO DOS PRÉMIOS ANTÓNIO SÉRGIO.....	21
1.10.6 ASSEMBLEIAS GERAIS DA UMP	21
1.11 MOVIMENTO MUTUALISTA JOVEM	22
1.11.1 PROJETO YOU'RE HOME	22
1.11.2 GAMES FOR GOOD.....	23
2. SAÚDE.....	23
2.1. FARMÁCIAS SOCIAIS	23
2.2. ASSISTÊNCIA MÉDICA.....	24
2.3. SAÚDE MENTAL.....	24
2.4. PARECERES EMITIDOS	24
3. SEGURANÇA SOCIAL.....	25
3.1. CÓDIGO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS	25
3.2. COMISSÃO PERMANENTE DO SETOR SOCIAL (CPSS).....	25
3.3. COMISSÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO (CNC) E COMISSÃO DISTRITAL DE COOPERAÇÃO (CDC).....	26
3.4. FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SOLIDÁRIO E LINHA DE CRÉDITO I E II DE APOIO ÀS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL.....	27
3.5. PARECERES EMITIDOS	27
4. ECONOMIA E FINANÇAS.....	28
5. COMUNICAÇÃO E IMAGEM.....	28
5.1. COMUNICAÇÕES	28
5.1.1. PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DO BOLETIM INFORMATIVO INFO	28
5.1.2. PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO REGULAR DE NEWSLETTERS	29
5.1.3. REVISTA MUT	29
5.1.4. SITE WWW.MUTUALISMO.PT E MICROSITES.....	30
5.1.5. NOTAS DE IMPRENSA	30
5.2. TRABALHOS CRIATIVOS, DE VÍDEO E DESIGN	31
5.3. PÁGINA FACEBOOK.....	31
5.4. COMUNICAÇÃO SOCIAL E PUBLICAÇÕES.....	32
5.5. PODCAST MUTUAL XXI	32
6. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO	33
6.1. REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS	33
6.2. OUTRAS PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS NACIONAIS	34
6.3. PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS INTERNACIONAIS	36
6.3.1 UNIÃO MUNDIAL DAS MUTUALIDADES	36

6.3.2 OUTRAS PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS INTERNACIONAIS	36
III. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO	37
IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	39
V.PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	59

Estimadas Associadas,

O Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), dando cumprimento ao disposto nos Estatutos da UMP, submete à vossa apreciação, discussão e votação o presente Relatório e Contas de 2018, documento este que, em conformidade com o disposto na alínea b) do artigo 33.º dos mesmos Estatutos, é acompanhado pelo respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

I. INTRODUÇÃO

2018 foi um ano de intenso trabalho. Demos passos importantes na afirmação do Mutualismo.

Inovámos com a realização da Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, em Bragança, enquanto fórum privilegiado de reflexão e debate sobre o presente e o futuro do Movimento.

Com o novo Código das Associações Mutualistas em cima da mesa, juntámos as vozes do Mutualismo numa sessão plenária em Coimbra e dedicámos o Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas da Covilhã ao assunto.

O Dia Nacional do Mutualismo foi um dos momentos altos do ano. Modernizar o Mutualismo, Capacitar as Mutualidades e Refletir acerca do Mutualismo através do tempo foram assuntos lançados a debate.

Organizámos as Jornadas Mutualistas Regionais em Esmoriz e Lisboa para tratar de assuntos como o Regulamento Geral de Proteção de Dados e dar a conhecer os novos protocolos de cooperação institucionais e comerciais.

As Assembleias Gerais da União das Mutualidades Portuguesas foram um espaço privilegiado de democracia e participação internas.

A União das Mutualidades Portuguesas, enquanto voz e representante das Associações Mutualistas, manteve reuniões de trabalho regulares com Ministros e Secretários de Estado que tutelam áreas de atuação das Mutualidades e com os embaixadores de Cabo Verde, Guiné Equatorial e de outros Países com representação diplomática em Lisboa.

Mantivemos uma relação de proximidade com as Associações Mutualistas. Participámos em dezenas de reuniões de trabalho com os seus dirigentes e acompanhámo-los em encontros com organismos públicos para desbloquear processos e resolver constrangimentos às suas atividades.

Prestámos apoio técnico, participámos nas comemorações dos seus aniversários, inaugurações das suas sedes e outros espaços, nas cerimónias de lançamento dos seus projetos, destacámos os seus prémios, as suas boas práticas, as suas iniciativas.

2018 foi um ano marcante para o Mutualismo e para a União das Mutualidades Portuguesas. Estivemos na génese da Confederação Portuguesa da Economia Social, que será a voz das organizações da Economia Social. Passámos a integrar o Conselho Económico e Social. Assinámos a Adenda ao Compromisso de Cooperação para o setor social e solidário. Iniciámos a negociação de um Contrato Coletivo de Trabalho para o setor das Mutualidades com a UGT. Apresentámos as nossas propostas no âmbito dos encontros temáticos de preparação do próximo quadro comunitário de apoio Portugal 2030. Celebrámos novos protocolos de cooperação com o IFRRU, IHRU, Fundiestamo, Orbis, Farma + e Necho e Associados.

A notoriedade da União das Mutualidades Portuguesas aumentou. Publicámos quinzenalmente a *newsletter* e mensalmente o Info, atualizamos regularmente o sítio de internet e a página de Facebook do Mutualismo. Marcámos presença na imprensa escrita, rádio e televisão.

Demos mais um passo para a internacionalização do modelo mutualista português ao aderir à União Mundial das Mutualidades, onde vamos estar na vice-presidência do seu Comité Intercontinental em representação da Europa.

2018 foi um ano de afirmação.

II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2018

Excelentíssimas Associadas,

O Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), dando cumprimento ao seu Programa de Ação para 2018, promoveu e executou um conjunto de ações e atividades em prol da UMP, das suas Associadas e do Movimento Mutualista, que aqui estão organizadas em seis grandes domínios de atuação.

As ações realizadas – as mais relevantes - serão apresentadas em seis grandes domínios de atuação: Organização e Funcionamento da UMP; Saúde; Segurança Social; Economia e Finanças; Comunicação e Imagem; Representação Institucional.

1. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UMP

No âmbito das ações realizadas pelos diferentes gabinetes e grupos de trabalho criados no seio da UMP, ao longo do ano de 2018 foram elaboradas respostas às solicitações dos diversos organismos e entidades públicas e às necessidades das Associações Mutualistas.

1.1. ADENDA AO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O BIÉNIO 2017-2018

A União das Mutualidades Portuguesas, a CNIS, a União das Misericórdias Portuguesas, a CONFECOOP e os Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Saúde e da Educação celebraram, a 13 de abril de 2018, a Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário.

Esta Adenda, entre outros pontos, previu a atualização para o ano de 2018 dos valores das comparticipações financeiras da Segurança Social a atribuir por utente às instituições que desenvolvem respostas sociais no âmbito de Acordos de Cooperação.

O documento sublinhou o empenho das entidades signatárias no reforço das respostas dirigidas à primeira infância, no sentido de uma melhor conciliação da vida familiar e profissional dos pais das crianças, entre outras matérias referentes à área da Segurança Social. Ficaram, também, neste acordo vertidos compromissos no domínio dos Cuidados Continuados e da Educação Pré-escolar, com reforço da

relevância dos diversos Grupos de Trabalho já propostos no Compromisso de Cooperação.

Entretanto, a União das Mutualidades Portuguesas tem vindo a preparar e a articular com as demais entidades da Economia Social signatárias uma eventual posição conjunta relativa às futuras negociações com o Governo do Compromisso de Cooperação para o próximo biénio.

1.2. PROJETO DE CAPACITAÇÃO – Mutualismo - Modernizar, Expandir e Afirmar

No domínio dos projetos cofinanciados pelo Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego (POISE), a União das Mutualidades Portuguesas continua a promover e a desenvolver (desde setembro de 2017) o projeto no âmbito da Tipologia de Operação Capacitação institucional das organizações da economia social membros do CNES – *Mutualismo: Modernizar, Expandir e Afirmar*.

Desta forma, e feito o balanço da execução do projeto de capacitação da UMP de setembro de 2017 a dezembro de 2018, conclui-se que a implementação do mesmo foi bem sucedida, tendo sido cumpridas as atividades e os resultados contratualizados.

Neste domínio, foram concretizadas várias atividades que visam dar cumprimento aos objetivos consolidados para a capacitação da UMP, a saber:

- a) Realização de ações, iniciativas e atividades que visam a capacitação institucional da União das Mutualidades Portuguesas e, conseqüentemente, das suas Associadas;
- b) Realização de ações, iniciativas e atividades que visam a cooperação e o trabalho em rede, aos níveis nacional e internacional;
- c) Implementação e desenvolvimento de ações de análise, troca de experiências e boas práticas no seio da Economia Social e Solidária, particularmente no Movimento Mutualista Português e Internacional;
- d) Desenvolvimento de plataformas de comunicação, gestão e partilha de dados entre os membros associativos desta União e, bem assim, suas relações institucionais e comunidade em geral;

e) Realização de ações, iniciativas e atividades difusoras da afirmação do Movimento Mutualista no seio da Economia Social e Solidária Portuguesa e Internacional;

f) Criação de recursos informativos e formativos dirigidos a Dirigentes Associativos e Quadros da UMP.

A equipa da UMP especializou-se e adquiriu competências sólidas e é hoje mais capaz de responder às necessidades das Associações Mutualistas mas também às solicitações das organizações parceiras e do Estado.

Face aos resultados do projeto, percebe-se que as Associações Mutualistas assumem presentemente uma postura mais (in)formada, atenta, dinâmica, atualizada, revigorada, desperta e exigente.

Fruto deste percurso de capacitação, os Governos nacional e internacionais bem como inúmeras e diversas entidades nacionais e internacionais encaram o Movimento Mutualista português e a UMP e suas filiadas como parceiros de confiança, credíveis e fortes no caminho de promoção da proteção social e da qualidade de vida das pessoas.

O projeto de capacitação foi e continua a ser uma boa aposta para o investimento no reforço do posicionamento do Movimento Mutualista português.

1.3. GRUPO DE TRABALHO IRCT

Goradas as negociações com a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública e Sociais, o Grupo de Trabalho IRCT encetou, durante o ano de 2018, uma negociação do IRCT aplicável direta e exclusivamente às Associações Mutualistas com a Federação Nacional da Educação (FNE).

Na ótica da União das Mutualidades Portuguesas, urge uma Convenção Coletiva de Trabalho que consolide, dignifique e singularize as relações de trabalho, a prestação de trabalho, as categorias profissionais, o contrato individual de trabalho, a comissão de serviço, o teletrabalho, os direitos, deveres e garantias dos trabalhadores das Associações Mutualistas, entre outras.

O documento encontra-se em fase de apreciação e negociação, havendo a expectativa da formalização, durante o ano de 2019, da referida Convenção Coletiva de Trabalho.

1.4. APOIO TÉCNICO ÀS MUTUALIDADES

No ano de 2018, a União das Mutualidades Portuguesas manteve a aposta numa política de proximidade com as Associações Mutualistas, tendo realizado com elas um vasto conjunto de reuniões, procurando escutá-las, auscultá-las e dar resposta às suas solicitações e aos seus constrangimentos e dificuldades.

Esta relação de proximidade traduziu-se, ainda, no apoio técnico em matérias das áreas jurídica, contabilística e fiscal, organizativa e de funcionamento, realçando-se:

- A interação havida na análise e discussão da proposta e, posteriormente, do novo Código das Associações Mutualistas, que entrou em vigor a 2 de setembro de 2018, e que registou dois grandes momentos: uma sessão plenária realizada a 7 de março de 2018, em Coimbra, onde foram recolhidos contributos e opiniões das Associações Mutualistas para tomada de posição oficial da UMP junto do Governo; e o Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, na Covilhã, dedicado ao assunto, em 25 de outubro de 2018;
- Promoção de encontros técnicos com as Mutualidades, através dos seus dirigentes, técnicos e colaboradores, como as Jornadas Mutualistas Regionais, realizadas em Esmoriz, nas instalações d'A Mutualidade de Santa Maria, e em Lisboa, na sede d'O Porvir, tendo sido abordadas temáticas de interesse prático para a organização e funcionamento das instituições, nomeadamente: o novo Regulamento Geral de Proteção de Dados, instrumentos de apoio à reabilitação urbana (IHRU, IFRRU2020 e Fundiestamo) e protocolos de cooperação com a Necho & Associados, Farma+ e Orbis, entre outros;
- A criação de um novo evento – a Reunião Anual de Presidentes Mutualistas – cuja primeira edição ocorreu em janeiro, em Bragança, e que permitiu o aprofundamento de laços entre Presidentes e destes com a própria UMP;
- Elaboração de cerca de 140 pareceres/informações, em resposta a questões e dúvidas colocadas pelas Mutualidades;

- Apoio à alteração de estatutos e regulamentos de benefícios das Associações Mutualistas em 5 Mutualidades.

- Apoio a 8 Associações Mutualistas nos processos de isenção de IMI.

1.5. PLATAFORMA MUTUALISTA

Durante o ano de 2018, registaram-se mais de 37 916 visitas à Plataforma Mutualista da UMP.

Do universo das Mutualidades filiadas na UMP que prestam serviços de saúde aos seus Associados (54 % da totalidade das Associações filiadas com área de saúde), cerca de 52% utilizam a plataforma de saúde UMP de Prescrição Eletrónica (MCTD e Receituário/Prescrição Eletrónica de Medicamentos) e de Gestão Clínica, sem que tenham de pagar por esses serviços.

Em 2018, as mutualidades que aderiram à plataforma de saúde emitiram cerca de 1,6 milhões de prescrições eletrónicas, isto é, 662 000 Prescrições Eletrónicas de Medicamentos/Receituário e 998 000 Prescrições de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.

1.6. CENTRO INFANTIL DR. ANTÓNIO DA COSTA LEAL (CIDACL)

A UMP consolidou as suas competências na gestão da resposta social de creche no Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL) e firmou o seu posicionamento no território em matéria de qualidade do serviço prestado.

Para o desenvolvimento das ações promotoras da inclusão social, da proteção das crianças e da responsabilidade social, conta, à data, com uma equipa de mais de 15 profissionais qualificados, multifacetados e experientes, preparada para proporcionar, através de um atendimento personalizado e cuidado, o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças, num clima de alegria e segurança afetiva e física.

O CIDACL é um equipamento social devidamente equipado de acordo com os normativos em vigor. Está situado na freguesia de Santa Clara, concelho de Lisboa, tendo iniciado o seu funcionamento em julho de 2016.

Hoje, com capacidade instalada para 84 crianças dos 4 aos 36 meses, apresenta, neste momento, uma frequência na ordem dos 90%, registando uma procura regular, sendo atualmente já considerada uma creche de referência no território.

Tem uma imagem institucional já bastante consolidada, não só através da qualidade dos serviços mas também através dos laços de cooperação com a rede social e comunitária, condição que impõe à UMP uma atenção constante relativamente ao funcionamento deste equipamento, mas que também confere um bom exemplo do trabalho do Movimento Mutualista.

1.7. PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO

Com o objetivo de aumentar os benefícios das Associações Mutualistas, a UMP celebrou Protocolos com:

- **FARMA +** - comércio por grosso de produtos farmacêuticos e ortopédicos, pioneira nos serviços de gestão de medicação, celebrado a 17 de abril de 2018, proporcionando às Associações Mutualistas um desconto de 10% nos seus produtos e serviços.
- **ORBIS** – empresa de comércio por grosso de artigos de higiene e limpeza, celebrado a 1 de julho de 2018, permitindo às Associadas adquirir com desconto os serviços e os produtos de higiene e limpeza de todas as marcas por ela representadas.
- **Fundiestamo** – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, celebrado a 6 de julho de 2018, com o objetivo de apoiar as Associações Mutualistas na reabilitação física do seu património imobiliário.
- **IFRRU 2020** – Estrutura de gestão do instrumento financeiro para a reabilitação e a revitalização urbanas, celebrado a 6 de julho de 2018, com o objetivo de fomentar o acesso das Associações Mutualistas a este instrumento financeiro, designadamente prestando esclarecimentos relativamente ao mesmo e promovendo a adequada articulação com os bancos selecionados e facultando toda a informação relativa ao IFRRU 2020, quer em termos de apresentação de pedidos de financiamento quer de seguimento das candidaturas apresentadas.

- **IHRU** – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, celebrado a 6 de julho de 2018, visando promover a divulgação e o acesso do “1.º Direito” – Programa de Apoio ao Acesso de Habitação.

- **NECHO & ASSOCIADOS** – gabinete de consultadoria na área da implementação e monitorização dos procedimentos necessários ao cumprimento do RGPD, celebrado a 24 de setembro de 2018, tendo em vista o auxílio às Associadas nas medidas de implementação e cumprimento do RGPD.

1.8. MUTUAL IN

Celebrado em 2016 entre a UMP e as suas Associadas, o protocolo MUTUAL IN foi incrementado ao longo do ano de 2018, registando mais de 17.905 visitas na plataforma online *mutualin.pt*, no período entre março e dezembro de 2018.

Foi em março de 2017 que a UMP criou e disponibilizou o website *www.mutualin.pt* para operacionalizar o protocolo Mutual IN, pondo à disposição das 41 Mutualidades subscritoras e dos Associados destas informações sobre os seus serviços/modalidades/valências, dinamizando-os e, no âmbito da saúde, permitindo que qualquer pessoa com acesso à Internet possa marcar consultas online, de norte a sul do país.

O website *www.mutualin.pt* registou mais de 17 000 visitas entre março e dezembro de 2018.

1.09. FORMAÇÃO INTERNA

A União das Mutualidades Portuguesas promoveu uma ação formativa de Gestão e Motivação de Pessoas no 3.º Setor, num total de 6 horas, de forma a melhorar as competências e o desempenho dos seus colaboradores e dos colaboradores das Associações Mutualistas participantes.

Os colaboradores da UMP participaram, ainda, em ações de formação externas, nomeadamente:

- Workshop “À Mesa com... A Proteção de Dados”, num total de 3 horas;
- Workshop “Apoio à elaboração de candidaturas no âmbito da Ação-Chave 2”, da Agência Nacional Erasmus – Educação e Formação;

- Ação de formação “As IPSS e a Contratação Pública”, num total de 14 horas;
- Ação de Formação para Coordenadores Internos de Energia, num total de 7 horas;
- Workshop: “Ação de qualificação dos agentes/respostas/serviços de primeira linha do Sistema de Promoção e Proteção”, num total de 8 horas;
- Ação de Formação “Gestão de Stress e Gestão de Conflitos”, num total de 50 horas;
- Seminário “A criança e o direito a ser amada”, num total de 8 horas;
- Ação de Formação “Suporte Básico de Vida Pediátrico”, num total de 4 horas.

1.10. EVENTOS

1.10.1. DIA NACIONAL DO MUTUALISMO

A União das Mutualidades Portuguesas promoveu as comemorações do Dia Nacional do Mutualismo, a 6 de julho de 2018, na Fundação Portuguesa das Comunicações, em Lisboa, assinalando os 721 anos do Movimento Mutualista em Portugal.

Sob o lema “Mutualismo: modernizar, expandir e afirmar”, o evento constituiu uma manifestação de força e vigor do Movimento Mutualista, tendo reunido centenas de personalidades, entre os quais o Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, o então Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, a Secretária de Estado da Habitação, Ana Pinho, mas também deputados, ex-governantes, jornalistas, dirigentes mutualistas e representantes associativos.

Os painéis de reflexão e debate giraram em torno de questões como: “Modernizar o Mutualismo”, “Capacitar as Mutualidades”, “Mutualismo através do tempo”. Daí resultaram intervenções que se revelaram contributos importantes para a valorização do Mutualismo, para a identificação de oportunidades de crescimento e para o rumo do Movimento. Ana Clara Birrento, ex-Presidente do Instituto da Segurança Social, IP; Manuel Delgado, ex-Secretário de Estado da Saúde; Vítor Melícias, Padre; Ângela Guerra, deputada do PSD na Comissão de Saúde da Assembleia da República; Miguel Ângelo de Castro, Presidente da Direção de A Lutuosa; Emanuel Oliveira, representante do Movimento Mutualista Jovem; Sofia Mariz, Administradora Hospitalar, responsável pelo Departamento de Gestão e Financiamento de Prestações Saúde da ACSS, IP; Ângela Pereira, Presidente do CA

da AMUT, e os jornalistas João Fernando Ramos (RTP), Isabel Tavares (sapo.pt) foram alguns dos oradores e moderadores que participaram nos trabalhos.

1.10.1.1. ENTREGA DE PRÉMIOS

A União das Mutualidades Portuguesas atribui anualmente, no Dia Nacional do Mutualismo, prémios a personalidades e projetos que se distinguiram no âmbito da inovação social, no Mutualismo e Solidariedade, na Cidadania e Solidariedade e no Mutualismo e Solidariedade Internacional.

Em 2018, o Prémio Inovar Para Melhorar 2018 distinguiu o projeto da Universidade Sénior Mutualista d'A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos.

Alcídio Castanheira recebeu o Prémio Mutualismo e Solidariedade, enquanto Catarina Furtado foi distinguida com o Prémio Cidadania e Solidariedade, e António Guterres, Secretário-Geral da ONU, com o Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional.

1.10.2. PRIMEIRA REUNIÃO ANUAL DE PRESIDENTES MUTUALISTAS

O ano de 2018 ficou marcado pela realização da 1.ª Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, no dia 27 de janeiro, nas instalações da Câmara Municipal de Bragança, onde estiveram presentes 50 líderes e dirigentes de Associações Mutualistas.

Um evento inovador no panorama do Movimento Mutualista, que se traduziu numa produtiva partilha de experiências sobre temáticas nucleares, como o rejuvenescimento, a comunicação e o papel da UMP na expansão do modelo mutualista em Portugal e além-fronteiras.

1.10.3. ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES MUTUALISTAS

A sétima edição do Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, realizada a 25 de outubro de 2018, nas instalações da Mutualista Covilhanense, foi inteiramente dedicada à análise e discussão do novo Código das Associações Mutualistas, que entrara em vigor a 2 de setembro.

Os dirigentes mutualistas – cerca de uma centena – consideraram que este documento não corresponde às expectativas, anseios e necessidades do Movimento Mutualista.

Deste encontro saiu, ainda, a ideia de que as Associações Mutualistas devem prosseguir, apesar de todos os obstáculos, os seus esforços de modernização, diversificando os benefícios concedidos aos seus Associados.

1.10.4. JORNADAS MUTUALISTAS REGIONAIS (JMR)

As Jornadas Mutualistas Regionais 2018 realizaram-se a 24 de setembro, em Esmoriz, na sede da Mutualidade de Santa Maria, e a 28 de setembro, em Lisboa, nas instalações do Porvir do Telégrafo Postal.

Os instrumentos de financiamento de operações de reabilitação urbana, o novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e os protocolos de cooperação celebrados pela UMP com entidades públicas e privadas constituíram os temas centrais desta edição, amplamente participada por dirigentes, técnicos e colaboradores das Associações Mutualistas do Norte e do Sul do País.

Especialistas da Estrutura de Gestão do IFRRU2020, do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e da Fundiestamo S.A. apresentaram os diferentes instrumentos financeiros de apoio à reabilitação urbana a que as Associações Mutualistas podem recorrer. O esclarecimento das dúvidas sobre o RGPD e a sua implementação prática no caso específico das Mutualidades esteve a cargo de responsáveis da Necho & Associados.

Representantes da Farma+ e da Orbis, parceiros da UMP na área das farmácias e da higiene e limpeza, apresentaram soluções que comercializam e que podem ir ao encontro das necessidades das Associações Mutualistas.

As Jornadas Mutualistas Regionais têm como principal objetivo colocar à discussão, de forma alargada, os dossiês atuais do Mutualismo e das Associações Mutualistas, bem como definir estratégias e organizar novos planos de intervenção no âmbito da capacitação das Associações Mutualistas.

1.10.5. SESSÃO PLENÁRIA SOBRE O ANTEPROJETO DO CÓDIGO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Tendo em conta a importância de um dossiê estrutural para o Movimento Mutualista, a União das Mutualidades Portuguesas promoveu, a 7 de março, na Casa da Mutualidade, da Previdência Portuguesa, em Coimbra, uma sessão plenária destinada a analisar o então anteprojeto do Código das Associações Mutualistas.

O objetivo desta sessão, que reuniu dezenas de dirigentes mutualistas de todo o país, foi analisar este anteprojeto e recolher a opinião das Associadas, com vista à formulação de uma posição comum a defender junto do Governo, em sede negocial.

1.10.6. CHAMA MUTUALISTA

A terceira edição da Chama Mutualista começou no dia 6 de julho de 2018, nas comemorações do Dia Nacional do Mutualismo, realizadas na Fundação Portuguesa das Comunicações, em Lisboa, e terminará a 8 de julho de 2019, em Vila Nova de Gaia.

A Chama Mutualista é uma iniciativa da União das Mutualidades Portuguesas que pretende simbolizar a força e a vitalidade do Movimento Mutualista. Esse elemento simbólico – de carácter luminoso - é o testemunho que é transmitido semana após semana entre cada uma das Associações Mutualistas filiadas na UMP, de norte a sul de Portugal, gesto que serve também para aprofundar os laços entre dirigentes e colaboradores de cada uma delas.

A iniciativa tem contado com a participação massiva das Mutualidades filiadas na UMP.

1.10.7. CONVENÇÃO NACIONAL DA SAÚDE

A União das Mutualidades participou, nos dias 7 e 8 de junho de 2018, na Convenção Nacional da Saúde, subordinada ao tema “A agenda da Saúde para a próxima década”, ocorrida em Lisboa.

O Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas participou nos trabalhos como comentador da Conferência “Público, Privado, Social: A complementaridade do sistema de Saúde como um ganho para o utente”, onde defendeu o Movimento Mutualista como parceiro fundamental do Estado na prestação de cuidados de saúde de qualidade e de proximidade em Portugal.

1.10.8. AUDIÇÃO PÚBLICA “POTENCIAL HUMANO E DESENVOLVIMENTO PESSOAL”

O Presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva, participou ativamente na audição pública, organizada pela Comissão Eventual de

Acompanhamento do Processo de Definição da “Estratégia Portugal 2030”, que teve lugar a 18 de setembro de 2018, na Universidade da Beira Interior, na Covilhã.

Nesta audição, Luís Alberto Silva defendeu não só um maior equilíbrio entre as verbas destinadas a financiar os setores privado (lucrativo) e público e aquelas destinadas ao setor da economia social no quadro financeiro Portugal 2030 em preparação, assim como financiamento destinado às requalificação de infraestruturas das Mutualidades e medidas de incentivo à empregabilidade específicas para o universo da economia social e solidária.

No mesmo painel participaram também: Constantino Mendes Rei, Presidente do Instituto Politécnico da Guarda; António Fernandes, Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco; Lino Maia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; e Francisco Rodrigues Araújo, presidente da União das Misericórdias Portuguesas.

1.10.9. AUDIÇÃO SOBRE AÇÃO SOCIAL E REGRAS DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM AS IPSS

A UMP participou na audição parlamentar sobre “Ação Social e Regras dos Acordos de Cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social”, realizada a 28 de fevereiro, na Assembleia da República.

Estava em causa a discussão de um requerimento do Bloco de Esquerda que tinha como objetivo esclarecer a fiscalização relativamente ao cumprimento dos Acordos de Cooperação bem como as diligências do Governo para garantir que a oferta de respostas sociais financiadas pelo Estado e prestadas pelas IPSS respeita critérios de qualidade e chegam efetivamente às pessoas e grupos mais vulneráveis.

A UMP sublinhou que as Associações Mutualistas concordam com o acompanhamento e a fiscalização da sua atividade e com a monitorização da boa aplicação das verbas que recebem do Estado, não deixando de enfatizar que o valor das participações é manifestamente inferior ao custo efetivo que estas entidades suportam com o funcionamento das respostas em causa.

1.10.10. AUDIÇÃO PARA APRECIÇÃO DE INICIATIVAS LEGISLATIVAS RELATIVAS À CRIAÇÃO DO ESTATUTO DO CUIDADOR INFORMAL

A União das Mutualidades Portuguesas participou na audição promovida pela Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social, no dia 21 de junho de 2018, destinada a apreciar um conjunto de iniciativas legislativas no âmbito da criação do Estatuto do Cuidador Informal e ao reforço do apoio às pessoas em situação de dependência.

Entre outros contributos significativos, a UMP advogou que a capacitação dos cuidadores informais não poderá passar por uma configuração pré-formatada, despersonalizada e homogénea, mas assumindo uma missão de proximidade, versatilidade e adaptabilidade, indo ao encontro de cada cuidador informal. E, nesse contexto, as entidades da Economia Social e Solidária podem ser parceiros relevantes na implementação destas medidas.

1.10.11. IV FÓRUM DA ECONOMIA SOCIAL

A União das Mutualidades Portuguesas esteve representada no IV Fórum da Economia Social, promovido pela UNITATE, a 16 de outubro, em Cascais.

O empreendedorismo, inovação e criação de valor social com os jovens, a par de várias comunicações sobre projetos com impacto, estiveram em evidência ao longo do Fórum, em que participou Carlos Saul Oliveira, em representação da UMP.

1.10.12. CERIMÓNIA DE ENTRONIZAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, foi uma das personalidades entronizadas pela Federação das Confrarias Bâquicas de Portugal, em cerimónia realizada em Vila Nova de Foz Côa, a 23 de setembro de 2018. Na mesma ocasião – que permitiu uma associação entre o Mutualismo e a atividade vinícola - receberam as insígnias figuras como o então Ministro da Cultura, Luís Castro Mendes, e a Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho.

1.10.13. ENCONTRO “COOPERAÇÃO: UMA HISTÓRIA DE PARCERIA”

A União das Mutualidades Portuguesas esteve representada pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, José Carvalho, no Encontro “Cooperação: Uma História

de Parceria”, realizado a 7 de dezembro de 2018, por iniciativa do Centro Distrital de Santarém da Segurança Social.

Num painel sobre os Desafios das Instituições de Economia Social, em que participaram também representantes da União das Misericórdias Portuguesas e da CNIS, a UMP defendeu a criação de mecanismos e abordagens mais flexíveis, porque muitas das soluções que os problemas reais das pessoas exigem não se enquadram no catálogo de respostas tipificadas que norteiam o processo de cooperação entre o Estado e as Entidades da Economia Social.

1.10.14. ESJOVEM/Y.ES

A UMP, enquanto entidade constituinte da CASES, participa no projeto ESJOVEM de promoção da Economia Social junto dos Jovens, agora rebatizado como “Y.ES” (Sim. À Economia Social). Entre muitas outras iniciativas e eventos, o projeto contempla a edição de uma brochura com informação sobre as organizações da Economia Social, programas e atividades desenvolvidas neste âmbito colocadas à disposição dos jovens.

1.10.15. ATRIBUIÇÃO DOS PRÉMIOS ANTÓNIO SÉRGIO

A União das Mutualidades Portuguesas associou-se, como membro do júri do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio, à atribuição deste prémio, cuja cerimónia pública solene de entrega ocorreu a 22 de janeiro de 2018, no Convento de São Francisco, em Coimbra.

Os membros do júri deliberaram a atribuição dos prémios e menções honrosas, nas suas cinco categorias, nomeadamente, Inovação e Sustentabilidade; Estudos e Investigação; Formação Pós-graduada; Trabalhos Escolares e Prémio Personalidade do Ano.

1.10.6 ASSEMBLEIAS GERAIS DA UMP

O ano de 2018 contemplou a realização de quatro Assembleias Gerais da União das Mutualidades Portuguesas.

A 24 de fevereiro de 2018, reuniu no Auditório Dr. António Macedo, em Valongo, para apreciar, discutir e votar o Relatório e Contas de 2017 e respetivo parecer do Conselho Fiscal, assim como para abordar outros assuntos de interesse do

Movimento Mutualista. Esta Assembleia Geral contou com a participação de 43 Associações Mutualistas.

A Assembleia Geral voltou a reunir no dia 24 de novembro de 2018, no Hotel PraiaGolfe, em Espinho, em sessões ordinária e extraordinária. A primeira teve os seguintes pontos na ordem de trabalhos: Apreciação, discussão e votação do Programa de Ação e Orçamento para 2019 e do respetivo parecer do Conselho Fiscal; Apreciação, discussão e votação da Proposta do Conselho de Administração de Remuneração de Titulares do Conselho de Administração (retirado da ordem de trabalhos no decorrer da Assembleia); Apreciação, discussão e votação da Proposta do Conselho de Administração de Adesão à União Mundial das Mutualidades; e Apreciação, discussão e votação da Proposta do Conselho de Administração de contração de empréstimo bancário. A segunda sessão, de caráter extraordinário, continha os seguintes assuntos na ordem de trabalhos: Apreciação, discussão e votação da Proposta do Conselho de Administração de alteração global dos Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas; Apreciação, discussão e votação da Proposta do Conselho de Administração de alteração global do Regulamento de Funcionamento da Assembleia Geral; e Apreciação, discussão e votação da Proposta do Conselho de Administração para a fixação do valor da quota associativa e das quotas de solidariedade associativa. Estiveram presentes nestas duas Assembleias 45 Associações Mutualistas.

A 15 de dezembro de 2018, a Assembleia Geral reuniu, em sessão extraordinária, no auditório da Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança de Sandim e Freguesias Circunvizinhas, com um único ponto na ordem de trabalhos: Apreciação, discussão e votação da Proposta do Conselho de Administração de Remuneração do Presidente do Conselho de Administração da UMP. Marcaram presença 40 Associações Mutualistas.

1.11 MOVIMENTO MUTUALISTA JOVEM

1.11.1 PROJETO YOU'RE HOME

Com a aprovação do projeto “You’re HOME”, apresentado pela UMP ao programa Erasmus +, o Movimento Mutualista Jovem (MMJ) desenvolveu o processo de planeamento e organização de um intercâmbio com vários parceiros internacionais, oriundos da Turquia, Ucrânia, Grécia, Itália e Portugal (duas equipas).

Este projeto destinou-se especialmente a jovens refugiados acolhidos nos países europeus envolvidos no projeto, jovens provenientes de países com língua e cultura diversas, com dificuldades de aprendizagem, marginalizados ou em risco de exclusão, com perda auditiva ou surdez.

Sendo um projeto focado na diversidade e na inclusão, teve, entre outros objetivos, o de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, considerando o compromisso Europeu e Português com a Europa 2020, a Agenda 2030 (ONU) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para apoio à implementação do “You’re Home”, a UMP, em articulação com o MMJ, estabeleceu um protocolo com o Agrupamento de Escolas de Esmoriz/Ovar Norte.

1.11.2 GAMES FOR GOOD

A UMP participou na edição de 2018 do Games For Good, a única “Game Jam” de responsabilidade social realizada em Portugal. O evento, promovido pela Universidade Europeia, e que decorreu entre 13 e 15 de abril, no Campus do IADE, em Lisboa, pretendeu contribuir para resolver problemas reais do mundo das ONG, organizações de solidariedade social e outras organizações de utilidade pública, com os participantes a desenvolverem jogos ou outras soluções de gamificação sobre temas de responsabilidade social.

2. SAÚDE

2.1. FARMÁCIAS SOCIAIS

Durante o ano de 2018, a UMP continuou a apoiar as Mutualidades Associadas no processo de pedido de abertura de 2 novas farmácias sociais. Igualmente, a UMP continuou a prestar apoio jurídico a todas as Mutualidades cujos processos judiciais ainda se encontram pendentes de decisão final por parte dos tribunais.

Do mesmo modo, a UMP promoveu, junto do Conselho Diretivo do Infarmed, da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) e das Administrações Regionais de Saúde, múltiplas reuniões, com vista à resolução dos constrangimentos sentidos pelas Associações Mutualistas neste âmbito.

2.2. ASSISTÊNCIA MÉDICA

Durante o ano de 2018, a União das Mutualidades Portuguesas manteve os seus esforços junto do Ministério da Saúde no sentido de desbloquear obstáculos e dificuldades do Movimento Mutualista, ao nível da celebração de protocolos, acordos e convenções para novas especialidades médicas e prescrição de meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Manifestou, ainda, junto do Governo e das Administrações Regionais de Saúde, a disponibilidade do Movimento Mutualista para parcerias no âmbito dos cuidados de saúde primários, através da gestão, por parte de Associações Mutualistas, de unidades de saúde familiar Tipo C.

2.3. SAÚDE MENTAL

Neste âmbito, a UMP participou ativamente e de forma regular nas reuniões do Conselho Nacional de Saúde Mental e nas reuniões dos Conselhos Regionais de Saúde Mental do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

Nestes fóruns, debateram-se as linhas orientadoras e estratégica para um programa de saúde mental a nível nacional e regional.

2.4. PARECERES EMITIDOS

No âmbito da saúde, a UMP participou em diversas reuniões e emitiu vários pareceres, nomeadamente:

- Parecer sobre o Anteprojeto da Lei de Bases da Saúde;
- Pronúncia sobre o Projeto de Alteração à Portaria N.º 174/2014, de 10 de setembro, que define as condições de instalação e funcionamento a que devem obedecer as unidades de internamento e de ambulatório e as condições de funcionamento das equipas de gestão de altas e as equipas de cuidados continuados integrados da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;
- Parecer sobre a Implementação da Estratégia Integrada para as Doenças Raras 2015-2020;
- Parecer acerca de Despacho sobre Demências;
- Parecer ao Anteprojeto do Decreto-Lei que estabelece os princípios e regras aplicáveis à composição, constituição, competências e funcionamento das

Comissões de Ética que funcionam nas instituições de saúde dos setores público, privado e social;

- Contributos para o Protocolo Saúde-24 Lares.

3. SEGURANÇA SOCIAL

3.1. CÓDIGO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

O ano de 2018 ficou marcado pela entrada em vigor, a 2 de setembro de 2018, do novo Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei N.º 59/2018, de 2 de agosto).

Tratando-se de um documento estrutural para o desenvolvimento e o funcionamento do Movimento Mutualista, a União das Mutualidades Portuguesas participou ativamente na sua negociação, quer através de reuniões com o Governo e Deputados quer através de exposições dirigidas ao Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e ao Presidente da República.

No seio do próprio Movimento Mutualista, a UMP promoveu uma sessão plenária com as Associações Mutualistas para apreciar o Anteprojeto do documento e dedicou o seu Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas exclusivamente à análise do impacto do novo Código.

Uma das consequências da entrada em vigor do Decreto-Lei é a necessidade de as Associações Mutualistas procederem à revisão dos seus Estatutos em conformidade com as novas normas, processo para o qual a UMP se manifestou disponível apoiar tecnicamente.

3.2. COMISSÃO PERMANENTE DO SETOR SOCIAL (CPSS)

A Comissão Permanente do Setor Social e Solidário, de que a UMP faz parte, reuniu a 13 de abril de 2018, para discutir e negociar a Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário do biénio 2017-2018.

3.3. COMISSÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO (CNC) E COMISSÃO DISTRITAL DE COOPERAÇÃO (CDC)

Durante o ano de 2018, a UMP participou nas reuniões das Comissões Nacional (CNC) e Distrital de Cooperação (CDC), a funcionar nos 18 distritos do país. Na CNC, foram alvo de discussão e análise dossiês como: avaliação da execução do Compromisso de Cooperação para o setor social e solidário para o biénio 2017-2018; Prestação Social para a Inclusão; acumulação de funções do Diretor Técnico nas Creches; análise de Procedimentos sobre os modelos de Acordos de Cooperação; celebração de adendas a Acordos de Cooperação, no âmbito do PROCLOOP; consensualização dos modelos das minutas de Acordos de Cooperação e respetivas adendas, nas várias respostas sociais; reserva e ocupação de vagas reservadas pelos serviços da Segurança Social; exigência de Certificado Higiossanitário nas respostas sociais; visitas de acompanhamento da Segurança Social às Instituições; avisos PT2020 para apresentação de Candidaturas para investimento em Equipamentos Sociais; pareceres do ISS, I.P. e autorizações de funcionamento em equipamentos com Contratos de Comodato; pagamento de comparticipação complementar pelo alargamento de horário nas Creches e, no CATL, pelo técnico superior afeto a 50%; aprovação do Relatório de atividades da CNC do ano 2017; pagamentos SERE+; comparticipação adicional de 2.º grau; estatutos das IPSS; pedidos de restituição do IVA – clarificação e uniformização de procedimentos; reconversão/futuro das respostas desenvolvidas ao abrigo do Despacho Conjunto n.º 407/98, de 18 de junho; Fundo de Compensação Socioeconómico; operacionalização dos Grupos de Trabalho no âmbito do Compromisso de Cooperação; compensação do diferencial remuneratório dos Educadores de Infância da Rede Solidária, candidatura 2016-2017, ao abrigo do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar; RSI.

No âmbito das CDC, foram analisados e apresentados contributos em matérias como: Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário – biénio 2017/2018; balanço do acompanhamento às respostas sociais no ano de 2017; renovação dos protocolos das cantinas sociais - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas; mapeamento dos investimentos em infraestruturas sociais; PROCLOOP; Programa PARES; Creche - Comparticipação financeira por prática de horário superior a 11 horas diárias; Furacão Leslie; resposta

social SAD – clarificação dos cumprimentos normativos; diagnóstico das necessidades de vagas nas respostas sociais ERPI e Lar Residencial; entre outros.

3.4. FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SOLIDÁRIO E LINHA DE CRÉDITO I E II DE APOIO ÀS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

A União das Mutualidades Portuguesas integra o Conselho de Gestão do Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS) e o Conselho Executivo das Linhas de Crédito de Apoio às Entidades da Economia Social que, em 2018, apenas realizaram o acompanhamento das Instituições da Economia Social que foram beneficiadas por ambas, tendo participado em todas as suas reuniões.

3.5. PARECERES EMITIDOS

No âmbito do domínio da segurança social, a UMP participou em diversas reuniões e emitiu vários pareceres/posições, destacando-se:

- Parecer relativo ao complemento de creche (sábado);
- Parecer ao Projeto de Decreto-Lei de Educação Inclusiva;
- Parecer ao Projeto de Código das Associações Mutualistas;
- Parecer ao texto da Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário – protocolo do biénio 2017/2018;
- Pronúncia à Proposta de Comunicado do Conselho Nacional às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens;
- Parecer à Portaria sobre Violência Doméstica;
- Pronúncia sobre a Orientação Técnica – Creche - Comparticipação Financeira pelo funcionamento diário superior a 11 horas;
- Parecer ao Relatório Preliminar sobre a Atividade da Comissão Nacional de Cooperação;

- Pronúncia sobre o Protocolo Plano CASA a ser estabelecido entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- Parecer sobre a autorização de funcionamento de estabelecimentos de educação pré-escolar da rede solidária;
- Parecer sobre a reestruturação do ESJOVEM;
- Contributos ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Carenciadas.

4. ECONOMIA E FINANÇAS

A União das Mutualidades Portuguesas deu mais um impulso às diligências junto do Ministério da Economia e das Secretarias de Estado por ele tuteladas, no sentido de defender o livre acesso das Mutualidades a atividades económicas e a abolição dos constrangimentos legais como os que, a título de exemplo, se verificam no exercício da atividade funerária e das viagens sociais.

5. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

5.1. COMUNICAÇÕES

A Comunicação é uma aposta estratégica da UMP e, em 2018, na senda do processo de rejuvenescimento e capacitação que atravessa o Movimento Mutualista, consolidou-se a primazia dada à gestão das plataformas digitais, fazendo com que a mensagem chegue de forma dinâmica, cativante e mais rápida ao público mais jovem e incentive os menos familiarizados com estes recursos a utilizá-los. E, nesse caminho, começou a recorrer-se, já no segundo semestre do ano, com mais regularidade, à captação e produção própria de vídeos como meio de valorizar a comunicação entre a UMP e o público, seja na promoção seja na divulgação dos eventos da UMP (antes e após a sua realização).

5.1.1. PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DO BOLETIM INFORMATIVO INFO

A UMP deu seguimento à aposta na edição do seu boletim informativo mensal Info, tendo, durante o ano em apreço, publicado 10 números – do Info n.º 102 até ao Info n.º 111. Este boletim em formato digital, com cerca de 6.000 envios por edição,

apresenta notícias, reportagens, imagens e outros conteúdos sobre a atividade da UMP, do Mutualismo, das Associações Mutualistas filiadas e informações de interesse para as Mutualidades (projetos, avisos de candidaturas, divulgação de cursos de formação académica e profissional), além de matérias sobre parceiros e Economia Social.

No último trimestre do ano, o Gabinete de Comunicação e Imagem desenvolveu um processo de planeamento com vista à introdução progressiva de novos conteúdos – entrevistas de fundo, dossiês relevantes para o Mutualismo, artigos de opinião e outros – e ajustamentos no design gráfico, que se refletiram já nas primeiras edições do Info de 2019 e – crê-se – tornarão o boletim mais apelativo não só do ponto de vista do conteúdo mas também visual.

5.1.2. PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO REGULAR DE NEWSLETTERS

Ao longo do ano, quinzenalmente, a UMP procedeu à redação, paginação e envio de newsletters com informação sobre a UMP, as suas Associadas e o setor da Economia Social, e legislação de interesse para o Movimento Mutualista publicada no período entre cada edição.

Durante 2018, foram distribuídas 20 newsletters da UMP, que chegaram, em média, a mais de 6.000 endereços eletrónicos, via plataforma E-Goi, que se tem revelado uma mais-valia significativa na otimização, produção e distribuição da newsletter e de outras comunicações eletrónicas institucionais como as Notas de Imprensa e Comunicações, com vantagens também ao nível da análise métrica da performance de cada uma delas junto dos diferentes públicos-alvo.

5.1.3. REVISTA MUT

Atendendo à publicação, em outubro de 2017, da edição n.º 10 da revista MUT, que abrangia e condensava a atividade do Movimento Mutualista de agosto de 2016 a julho de 2017, optou-se por preparar uma nova edição que compreendesse o período entre agosto de 2017 e dezembro de 2018.

No último trimestre de 2018, procedeu-se à recolha de informação, realização de entrevistas, produção de outros conteúdos relevantes e convites a articulistas para a elaboração de artigos de opinião, que estão em fase de compilação e paginação para publicação oportuna.

5.1.4. SITE WWW.MUTUALISMO.PT E MICROSITES

Durante o ano de 2018, foram redigidas e publicadas 331 notícias e outras informações pertinentes no site www.mutualismo.pt, o que representa um acréscimo de 50 por cento relativamente ao ano anterior.

Importa, ainda, sublinhar que esses conteúdos, só por si, geraram 54.382 acessos de visitantes ao sítio de internet da UMP. Tal incremento de visitas tem gerado reflexão quanto à necessidade de refrescar os seus templates, conteúdos e funcionalidades.

O website continua a ser a principal plataforma aglutinadora de conteúdos, informação e documentação da UMP.

A UMP continuou a apostar na atualização e dinamização de microsites especificamente dedicados a eventos e a iniciativas por si promovidas, concentrando toda a informação e divulgação dos mesmos. Em 2018, foram atualizados os microsites da Chama Mutualista (chamamutualista.mutualismo.pt), da Reunião Anual de Presidentes Mutualistas (rapm.mutualismo.pt), do Prémio Inovar para Melhorar (pipm.mutualismo.pt), das Jornadas Mutualistas Regionais (jornadas.mutualismo.pt) e do Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas (endm.mutualismo.pt).

5.1.5. NOTAS DE IMPRENSA

Para além dos contactos pessoais e telefónicos, a relação com a imprensa implica também a distribuição de notas de imprensa e press-releases com informações pertinentes, seja o anúncio de eventos, balanços e reportagens sobre os mesmos, tomadas de posição da UMP sobre questões relacionadas com matérias de interesse para o Movimento Mutualista.

Dependendo do objetivo específico de cada uma dessas comunicações, o Gabinete de Comunicação e Imagem recorre ao envio, através do E-goi, para uma lista com cerca de meio milhar de endereços eletrónicos de jornalistas e órgãos de comunicação social de âmbito internacional, nacional, regional, local e especializado, ou através de e-mail, para endereços eletrónicos de jornalistas e órgãos de comunicação específicos, a quem se pretende que determinada informação chegue. Desta forma, reduzem-se os riscos de desvalorização da

informação que enviamos e de o destinatário proceder à remoção do seu endereço da nossa lista de contactos.

Durante o ano de 2018, produzimos e enviámos notas de imprensa sobre cada um dos eventos promovidos pela UMP, antes e após a sua realização, e com tomadas de posição sobre, entre outras matérias, o novo Código das Associações Mutualistas e a resposta a um artigo de um suplemento sobre agências funerárias do Jornal de Notícias, que colocou em causa a imagem das Associações Mutualistas e do Mutualismo.

5.2. TRABALHOS CRIATIVOS, DE VÍDEO E DESIGN

O Gabinete de Comunicação e Imagem da União das Mutualidades Portuguesas consolidou a sua autonomia na realização de todos os trabalhos criativos e de *design* necessários para a divulgação e promoção dos eventos e iniciativas da UMP: convites, diplomas, programas, *flyers*, assim como outras imagens/*layouts* (para suportes comunicacionais - banners publicitários, fotos de capa de Facebook, imagens institucionais no âmbito de efemérides e datas festivas; para *press releases*; para revistas de imprensa, postais comemorativos, entre outros).

Em 2018, sobretudo a partir do segundo semestre do ano, passou a produzir vídeos com regularidade. Além de vídeos-convite do Presidente do Conselho de Administração a apelar à participação do Movimento Mutualista em cada evento promovido pela UMP, foram produzidas e publicadas reportagens em vídeo de iniciativas da UMP, entrevistas com participantes e parceiros e mensagem de final de ano dirigida fundamentalmente ao Movimento Mutualista.

5.3. PÁGINA FACEBOOK

A União das Mutualidades Portuguesas publicou 491 *posts* na sua página de Facebook ao longo do ano de 2018, o que representa um aumento de cerca de 8% relativamente ao ano anterior.

As publicações - com conteúdos relativos à UMP, suas Associadas, parceiros institucionais e todo o setor da Economia Social - registaram um alcance total de 138.462 utilizadores.

Um dos novos procedimentos adotados no último quadrimestre do ano foi a publicação de imagens e curtos textos na hora, durante os eventos da UMP - como

as Jornadas Mutualistas Regionais, o Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas ou as Assembleias Gerais – ou de Associações Mutualistas.

Além disso, a página oficial de Facebook da UMP criou galerias de imagens; divulga eventos da UMP e das suas Associadas; promove as publicações Info e Newsletter; partilha notícias publicadas pela Comunicação Social sobre a UMP; publica postais comemorativos, capas de página, avisos e outros.

5.4. COMUNICAÇÃO SOCIAL E PUBLICAÇÕES

A visibilidade da UMP na Comunicação Social em 2018 traduziu-se, em termos televisivos:

- Na participação em programas ou espaços noticiosos nos três Canais da RTP e TVI;
- Declarações, citações e referências em jornais diários de expansão nacional e especializados (Jornal Económico, Revista Solidar, Jornal Solidariedade);
- Notícias e reportagens em jornais e rádios regionais: Rádio Cova da Beira, Rádio Clube da Covilhã, BeiraNews, Beira.pt, Diário de Aveiro, Urbi.ubi.pt, Donline, Jornal do Fundão, Rádio Terra Nova, Litoral Centro (online), Jornal A Voz de Esmoriz, Defesa de Espinho, Ovarnews, Praça Pública, Primeira Mão (Maia), entre outros, que reportaram visitas da UMP a Associações Mutualistas;
- Entrevistas de fundo às estações Rádio Clube da Feira, Rádio Voz de Esmoriz e Rádio Antena Vareira;
- Referências no livro “A Economia Social em Movimento – Uma História das Organizações”, de Álvaro Garrido e David Pereira, publicado pela Tinta da China Edições.

5.5 PODCAST MUTUAL XXI

A UMP disponibilizou, em 2018, mais uma edição do seu Podcast Mutual XXI, desta feita dedicado à temática da importância da relação entre as mutualidades e o Estado, e que contemplou uma entrevista com Sérgio Meira, presidente da Direção da Previdência Familiar do Porto e presidente do Conselho Fiscal da União das Mutualidades Portuguesas.

O Podcast Mutual XXI poderá ser descarregado através do *website* institucional mutualismo.pt, sendo igualmente divulgado através de todas as publicações e plataformas digitais da UMP (INFO, Newsletter, Facebook, etc.).

6. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO

6.1. REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS

Em 2018, a UMP participou em diversas reuniões, nomeadamente:

- Primeiro-Ministro;
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Educação;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Ministério da Economia;
- Ministério da Administração Interna;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Planeamento e Infraestruturas;
- Ministério da Agricultura;
- Ministério do Ambiente.

Do mesmo modo, a UMP reuniu com todos os grupos parlamentares, nomeadamente:

- PS - Partido Socialista;
- PSD - Partido Social Democrata;
- CDS - Partido Popular;
- PCP - Partido Comunista Português;

- BE – Bloco de Esquerda;
- PAN;
- Os Verdes.

Nestes encontros, a UMP pretendeu transmitir as dificuldades, problemas e constrangimentos com que as Associações Mutualistas se deparam, apresentando e debatendo propostas para a sua resolução, tendo igualmente abordado assuntos como o novo Código das Associações Mutualistas, a internacionalização do movimento mutualista e o Dia Nacional do Mutualismo.

6.2. OUTRAS PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS NACIONAIS

- Conselho Nacional para a Economia Social (CNES);
- Conselho Económico e Social (CES);
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES): presidiu ao Conselho Fiscal da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social;
- Confederação Portuguesa da Economia Social (CPES) – a União das Mutualidades Portuguesas esteve na génese desta nova organização representativa do setor social e integra os seus primeiros órgãos sociais;
- Comissão Permanente do Setor Social e Solidário;
- Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade e Segurança Social;
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);
- Instituto Nacional para a Reabilitação (INR);
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJ);
- Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV);
- Conselho Superior da Convenção Nacional da Saúde;
- Conselho Nacional para a Saúde Mental;
- Conselho Regional de Saúde Mental do Norte;

- Conselho Regional de Saúde Mental do Centro;
- Conselho Regional de Saúde Mental de Lisboa e Vale do Tejo;
- Conselho Regional de Saúde Mental do Alentejo;
- Conselho Regional de Saúde Mental do Algarve;
- Comissão Nacional de Cooperação (CNC);
- Comissão Distrital de Cooperação (CDC), com representantes nos 18 distritos;
- Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem;
- Conselho Consultivo da Fundação INATEL;
- Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;
- Fundo de Reestruturação do Setor Social;
- Linha de Crédito I e II;
- Plataformas Supraconcelhias do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve;
- Comitês de Acompanhamento dos programas Operacionais Regionais (Norte2020, Centro2020, Lisboa2020, Alentejo2020 e Algarve2020);
- Comité de Acompanhamento do PO MAR 2020;
- Júri do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio;
- ES JOVEM – CASES;
- Grupo de Trabalho da Educação Pré-escolar;
- Grupo de Trabalho da Educação Especial;
- Grupo de Trabalho, Instituto Nacional para a Reabilitação, IP (+18);
- Grupo de Trabalho sobre Demências;
- Grupo de Trabalho para a Criação da Confederação da Economia Social;

- Grupo de Trabalho para Avaliação dos Impactos da Maximização dos Recursos Humanos das Respostas Sociais;
- Grupo de Trabalho para Avaliação de Critérios e Indicadores de Fiscalização e Acompanhamento das Respostas Sociais;
- Grupo de Trabalho para Estudo e Definição dos Custos Técnicos das Respostas Sociais e Proposta de Um Modelo de Financiamento Duradouro Correspondente.

6.3. PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS INTERNACIONAIS

6.3.1 UNIÃO MUNDIAL DAS MUTUALIDADES

Correspondendo a um convite dos fundadores da recém-criada União Mundial das Mutualidades, a União das Mutualidades Portuguesas decidiu, por deliberação da Assembleia Geral de 24 de novembro de 2018, aderir a esta nova organização intercontinental de Mutualismo.

A UMP irá ocupar o cargo de Vice-Presidente do Comité Intercontinental, em representação do Continente Europeu.

A UMM propõe-se representar as Associações Mutualistas de todo o Mundo das diferentes áreas, atividades, modalidades e serviços, junto dos governos e organismos internacionais, universidades, fundações e ONG.

6.3.2 OUTRAS PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS INTERNACIONAIS

- Associação Internacional das Mutualidades (AIM)
- Primeiro-Ministro de Cabo Verde;
- Embaixador de Cabo-Verde em Portugal;
- Embaixador da Guiné Equatorial em Portugal;
- Representante Permanente de Portugal junto da CPLP.

III. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

As Demonstrações Financeiras da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Em 2018, a União das Mutualidades Portuguesas apresentou um resultado líquido negativo global de Euro: 235.510,64. Este resultado é formado, por um lado, pelo resultado líquido negativo inerente à atividade normal da UMP – Euro: 236.724,29 - e, por outro, pelo resultado líquido positivo registado no estabelecimento “Centro Infantil Dr. António da Costa Leal”, explorado pela União das Mutualidades Portuguesas e que prossegue a resposta social “Creche” – Euro: 1.213,65.

Considerando que, com a adoção do SNC-ESNL, as demais informações de natureza económica e financeira se encontram explicadas com grande detalhe no Anexo às Demonstrações Financeiras, para o mesmo se remete a explicação da formação dos resultados líquidos de 2018 e comparação com os resultados do ano anterior.

Por último e à semelhança do praticado em anos anteriores, o Conselho de Administração propõe às Excelentíssimas Associadas que o resultado negativo do exercício de 2018, no montante de Euro: 235.510,64, seja aplicado em conformidade com o disposto nos artigos 51º a 53º dos Estatutos da UMP.

Lisboa, 5 de julho de 2019

O Conselho de Administração,

Presidente – Luís Alberto Sá e Silva,
em representação de A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista

Vice-Presidente – José Santos Almeida,
em representação da A Familiar de Espinho – Associação Mutualista

Vice-Presidente – José Vicente Costa de Carvalho,
em representação da Associação de Socorros Mútuos Fraternal dos Artistas
Vilafranquenses

Vice-Presidente – João Filipe Cardoso Esteves,
em representação da Associação de Socorros Mútuos “Protetora dos Artistas” de
Faro

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	635,85	1 725,33
Ativos intangíveis	6	210,54	863,36
Investimentos financeiros	16.1	25 048,08	24 012,70
Sub-total		25 894,47	26 601,39
Ativo corrente			
Créditos a receber	16.3	271 175,22	253 498,08
Estado e outros Entes Públicos	16.7	8 989,46	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2	224,87	224,87
Diferimentos	16.4	224,79	478,24
Caixa e depósitos bancários	16.5	9 602,03	9 889,99
Sub-total		290 216,37	264 091,18
Total do ativo		316 110,84	290 692,57
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	16.9	(38 772,70)	9 531,54
Resultados transitados	17.9	(92 853,79)	(48 936,20)
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	16.9	70 922,63	70 922,63
Resultado Líquido do período	16.9	(235 510,64)	(92 221,83)
Total dos fundos patrimoniais		(296 214,50)	(60 703,86)
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	16.6	102 745,61	55 285,81
Estado e outros Entes Públicos	16.7	48 036,14	16 822,53
Financiamentos obtidos	7	15 693,61	158 233,74
Diferimentos	16.4	1 816,54	203,83
Outros passivos correntes	16.8	444 033,44	120 850,52
Subtotal		612 325,34	351 396,43
Total do passivo		612 325,34	351 396,43
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		316 110,84	290 692,57

O Conselho de Administração:
Luís Alberto de Sá e Silva
José Vicente Costa de Carvalho
José Santos Almeida
João Filipe Cardoso Esteves

O Contabilista Certificado:
Jorge Pedro do Vale Martins
C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	91 536,68	83 235,24
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 10	539 966,92	513 994,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	(2 853,66)
Fornecimentos e serviços externos	16.10	(103 420,74)	(237 503,10)
Gastos com o pessoal	14	(59 299,78)	(61 309,17)
Outros rendimentos	8 e 16.11	5 607,33	34 447,11
Outros gastos	16.12	(706 245,77)	(410 752,76)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(231 855,36)	(80 741,56)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(174,23)	(4 636,04)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(232 029,59)	(85 377,60)
Juros e rendimentos similares obtidos	8 e 16.13	6,99	7,49
Juros e gastos similares suportados	16.13	(3 488,04)	(6 851,72)
Resultados antes de impostos		(235 510,64)	(92 221,83)
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		(235 510,64)	(92 221,83)

O Conselho de Administração:

Luís Alberto de Sá e Silva
 José Vicente Costa de Carvalho
 José Santos Almeida
 João Filipe Cardoso Esteves

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins
 C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 Período Findo em 31 de Dezembro de 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	União das Mutualidades	Centro Infantil Dr. António da Costa Leal	POISE 2018 - 03-4639-FSE-000284	PERÍODOS	
				2018	2017
Vendas e serviços prestados	16 558,90	74 977,78	0,00	91 536,68	83 235,24
Custo das vendas e dos serviços prestados				0,00	(2 853,66)
Resultado bruto	16 558,90	74 977,78	0,00	91 536,68	80 381,58
Subsídios, doações e legados à exploração	200 528,81	213 101,06	126 337,05	539 966,92	513 994,78
Outros rendimentos	4 678,83	928,50	0,00	5 607,33	34 447,11
Gastos administrativos	(162 720,52)	0,00	0,00	(162 720,52)	(298 812,27)
Fornecimentos e serviços externos	(103 420,74)	0,00	0,00	(103 420,74)	(237 503,10)
Gastos com pessoal	(59 299,78)	0,00	0,00	(59 299,78)	(61 309,17)
Outros gastos	(292 289,26)	(287 793,69)	(126 337,05)	(706 420,00)	(415 388,80)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(174,23)	0,00	0,00	(174,23)	(4 636,04)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros gastos	(3 636,36)	(287 793,69)	(126 337,05)	(417 767,10)	(410 752,76)
Outros gastos operacionais de capacitação não financiados	(288 478,67)	0,00	0,00	(288 478,67)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(233 243,24)	1 213,65	0,00	(232 029,59)	(85 377,60)
Gastos de financiamento (líquidos)	(3 481,05)	0,00	0,00	(3 481,05)	(6 844,23)
Resultados antes de impostos	(236 724,29)	1 213,65	0,00	(235 510,64)	(92 221,83)
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	(236 724,29)	1 213,65	0,00	(235 510,64)	(92 221,83)

O Conselho de Administração:

Luis Alberto de Sá e Silva
 José Vicente Costa de Carvalho
 José Santos Almeida
 João Filipe Cardoso Esteves

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins
 C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade				
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	29 997,13	0,00	70 922,63	(69 401,79)	31 517,97
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	(20 465,59)	(48 936,20)	0,00	69 401,79	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(92 221,83)	(92 221,83)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(22 820,04)	(92 221,83)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6=1+2+3+5	9 531,54	(48 936,20)	70 922,63	(92 221,83)	(60 703,86)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade				
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	9 531,54	(48 936,20)	70 922,63	(92 221,83)	(60 703,86)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	(48 304,24)	(43 917,59)	0,00	92 221,83	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				(235 510,64)	(235 510,64)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				(143 288,81)	(235 510,64)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	(38 772,70)	(92 853,79)	70 922,63	(235 510,64)	(296 214,50)

O Conselho de Administração:

 Luís Alberto de Sá e Silva
 José Vicente Costa de Carvalho
 José Santos Almeida
 João Filipe Cardoso Esteves

O Contabilista Certificado:

 Jorge Pedro do Vale Martins
 C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de associados e utentes		92 210,48	84 978,87
Recebimentos de subsídios		539 966,92	513 994,78
Pagamentos a fornecedores		(160 147,25)	(213 123,94)
Pagamentos ao pessoal		(191 502,92)	(158 650,01)
Caixa gerada pelas operações		280 527,23	227 199,70
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(132 266,23)	(210 062,52)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		148 261,00	17 137,18
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Ativos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		(1 035,38)	(1 358,56)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		6,99	7,49
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(1 028,39)	(1 351,07)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		61 644,65	354 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(204 184,78)	(372 198,72)
<i>Juros e gastos similares</i>		(4 980,44)	(6 923,44)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(147 520,57)	(25 122,16)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(287,96)	(9 336,05)
Caixa e seus equivalentes no início do período		9 889,99	19 226,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16.5	9 602,03	9 889,99

O Conselho de Administração:

Luís Alberto de Sá e Silva

José Vicente Costa de Carvalho

José Santos Almeida

João Filipe Cardoso Esteves

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins

C.C. 27 958

ANEXO

Nos termos da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, as divulgações a efetuar pelas ESNL em anexo às Demonstrações Financeiras correspondem às que abaixo se indicam.

1. Identificação da Entidade

A **União das Mutualidades Portuguesas (UMP)**, é uma Associação Mutualista de grau superior sob a forma de União, constituída a 9 de agosto de 1980, encontrando-se registada na Direção-Geral da Segurança Social sob o n.º 1/85, com fundos patrimoniais indeterminados, duração indefinida, número ilimitado de associados e âmbito de ação em todo o território nacional.

A UMP rege-se pelos diplomas legais aplicáveis e pelos seus Estatutos e tem como fins fundamentais, promover a defesa, desenvolvimento, cultura e práticas de solidariedade mutualista e assegurar a organização e representação do movimento mutualista.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpôs a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da União das Mutualidades Portuguesas, de acordo com as NCRF-ESNL e no pressuposto da continuidade das operações.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela União das Mutualidades Portuguesas na elaboração das Demonstrações Financeiras de 2018 foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF,) aprovadas pelo Decreto-Lei

n.º 36-A/2011, de 9 de março, juntamente com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015.

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a UMP continuará a operar no futuro previsível assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Contudo, importa relevar que a manutenção do nível de atividade da UMP encontra-se condicionada pelo apoio das diversas entidades públicas externas com as quais esta se relaciona.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

No entanto, no que diz respeito às quotizações dos associados foi adotado o regime de caixa, uma vez que a UMP não possui direito quanto à exigibilidade do saldo.

3.1.3 Consistência de Apresentação

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são consistentes com os do exercício anterior.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, serem relatados separadamente estes não foram compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3.2 Outras políticas contabilísticas:

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações foram calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Activos fixos tangíveis	Número de anos
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não existem “Bens do património histórico e cultural” registados.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações foram calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada natureza destes ativos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Activos Intangíveis	Número de anos
Projectos de Desenvolvimento	3
Programas de Computador	3
Marcas e Patentes	3

3.2.4 Investimentos financeiros

Encontram-se registados em “Investimentos Financeiros” a participação da UMP no Capital Social da Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social (CASES), no montante de 17.000,00 €, correspondentes a 17 títulos. Igualmente, encontra-se registada a aquisição de Títulos de Dívida Pública, no montante de 55,42 €, investimento no Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de 5.492,66 € e aquisição de Títulos da CCAM no montante de 2.500,00 €.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui o montante disponível em 31.12.2018 em caixa e em depósitos bancários à ordem.

Créditos a receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu valor nominal estando deduzidos no Balanço de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, para assim retratar o valor realizável líquido.

Fornecedores, Empréstimos e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores”, “Empréstimos” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos Patrimoniais” é constituída pelo Fundo Social, pelas Reservas Estatutárias (Fundo de Administração, Fundo de Solidariedade Associativa e Fundo de Reserva Geral) resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais, em conformidade com as disposições estatutárias da UMP e por outras variações nos fundos patrimoniais resultantes da fusão, na UMP, de Associações Mutualistas.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Os “Financiamentos Obtidos” encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido da concessão desses empréstimos.

3.2.9 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da UMP. Importa relevar que, fruto do significativo decréscimo registado nos fundos patrimoniais, a manutenção do atual nível de atividade da UMP encontra-se condicionada a efetivo apoio financeiro das diversas entidades públicas externas com as quais esta se relaciona.

3.2.10 Principais fontes de incerteza das estimativas:

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras e que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das Demonstrações Financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das Demonstrações Financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram os seguintes:

As vidas úteis dos ativos fixos tangíveis foram determinadas tendo por base os critérios do decreto regulamentar 25/2009, entendendo a Administração que os mesmos representam a melhor estimativa da utilidade esperada do ativo para a entidade.

As quotizações dos Associados são reconhecidas através do Regime de Caixa, uma vez que a UMP não possui direito quanto à exigibilidade das quotas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não aplicável.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos em 3.2.1.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017 mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:

Descrição	2018				
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipam. de Transporte	Equipam. Administrativo	Total
Ativos					
Saldo inicial	0,00	0,00	14 540,00	40 811,39	55 351,39
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	14 540,00	40 811,39	55 351,39
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	0,00	0,00	14 540,00	39 086,06	53 626,06
Amortizações do exercício	0,00	0,00	0,00	1 089,48	1 089,48
Ativos líquidos	0,00	0,00	0,00	635,85	635,85
Descrição	2017				
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipam. de Transporte	Equipam. Administrativo	Total
Ativos					
Saldo inicial	0,00	0,00	14 540,00	40 811,39	55 351,39
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	14 540,00	40 811,39	55 351,39
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	0,00	0,00	13 328,33	37 996,58	51 324,91
Amortizações do exercício	0,00	0,00	1 211,67	1 089,48	2 301,15
Saldo Final			14 540,00	39 086,06	53 626,06
Ativos líquidos	0,00	0,00	0,00	1 725,33	1 725,33

6. Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos em 3.2.3.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:

	2018			
	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Programas de Computador	Total
Ativos				
Saldo inicial	31 980,00	960,00	7 545,83	40 485,83
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	31 980,00	960,00	7 545,83	40 485,83
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	31 980,00	960,00	7 161,06	40 101,06
Amortizações do exercício	0,00	0,00	174,23	174,23
Saldo final	31 980,00	960,00	7 335,29	40 275,29
Ativos líquidos	0,00	0,00	210,54	210,54

	2017			
	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Programas de Computador	Total
Ativos				
Saldo inicial	31 980,00	960,00	7 545,83	40 485,83
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	31 980,00	960,00	7 545,83	40 485,83
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	31 980,00	960,00	4 347,58	37 287,58
Amortizações do exercício	0,00	0,00	2 334,89	2 334,89
Saldo final	31 980,00	960,00	6 682,47	39 622,47
Ativos líquidos	0,00	0,00	863,36	863,36

7. Custos de Empréstimos Obtidos

Descrição	2018		2017	
	Montante em Dívida	Encargos Financeiros	Montante em Dívida	Encargos Financeiros
Empréstimos Obtidos				
Instituições Financeiras				
Empréstimos bancários/Leasings Financeiros	15 693,61	3 473,11	158 233,74	6 851,72
Outros Encargos Financeiros		14,93		
Total	15 693,61	3 488,04	158 233,74	6 851,72

8. Rédito

A UMP reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Prestação de serviços – Esta rubrica diz respeito às quotizações das Associadas bem como a rendimentos provenientes das quotas dos utilizadores do Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIACL), reconhecidas na demonstração dos resultados.

Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

Subsídios à Exploração- respeitam aos subsídios atribuídos à UMP pelo Estado, por outros Organismos e Entidades públicas e privadas e, quando aplicável, são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;

Outros rendimentos – Dizem respeito a participações recebidas para realização de eventos e à consignação de IRS recebida pela UMP.

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2018		2017	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços	91 536,68	14,37%	83 235,24	13,18%
Subsídios	539 966,92	84,75%	513 994,78	81,37%
Outros Rendimentos	5 607,33	0,88%	34 447,11	5,45%
Juros	6,99	0,00%	7,49	0,00%
Totais	637 117,92	100,00%	631 684,62	100,00%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A UMP, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações financeiras provisões, passivos ou ativos contingentes.

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Em 2018 e 2017, a UMP registou os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios à exploração”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo	180.432,11	176.548,05
MSSS	180.432,11	176.548,05
Subsídios e Apoios de Outras Entidades Publicas	349.534,81	327.341,40
POISE	126.337,05	153.125,43
ISS, IP. (Acordo Cooperação Creche CIACL)	213.101,06	138.243,71
IEFP	10.096,70	4.985,91
IEFP - Protocolo Cooperação	0,00	30.986,35
Subsídios de Outras Entidades	10.000,00	10.105,33
CASES	10.000,00	10.105,33
Total	539.966,92	513.994,78

11. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

12. Impostos sobre o Rendimento

Não aplicável.

13. Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas no anterior ponto 3.2.5. e nos pontos 16.2 a 16.8, estão decompostas as respetivas contas.

14. Benefícios dos empregados

Funcionários

O número de funcionários no final de Dezembro de 2018 é 23. Este número inclui os funcionários que se encontram exclusivamente afetos ao projeto POISE (5), os funcionários afetos ao CIACL (16), os afetos à atividade normal da UMP (2).

No ano anterior o número médio de trabalhadores foi de 17 (afetos ao projeto POISE, ao CIACL e à atividade normal da UMP).

Os gastos que a UMP incorreu com os funcionários ao seu serviço e não afetos ao Projeto POISE ou ao CIACL foram os seguintes:

Gastos Com Pessoal	2018	2017
Remunerações dos órgãos associativos	7 293,34	0,00
Remunerações do pessoal	38 880,87	49 622,98
Encargos sobre remunerações	10 572,05	9 988,63
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	2 526,02	1 448,49
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros	27,50	249,07
Total	59 299,78	61 309,17

Os gastos com pessoal (Remunerações e Encargos) afetos ao projeto POISE e ao CIACL totalizaram no exercício o montante de 281.021,55 euros estando contabilizados em rubrica específica da conta de outros gastos (vide nota 16.12).

Órgãos associativos

Os titulares dos Órgãos Associativos passaram a auferir remuneração no ano de 2018. O montante auferido pelo órgão associativo (presidente da UMP) corresponde a 5 vezes o valor do IAS, conforme deliberação em Assembleia Geral.

15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A 31 de dezembro de 2018 encontrava-se em aberto os pagamentos referentes às finanças (trabalho dependente e independente) relativos aos meses de novembro e dezembro, tendo sido liquidado o mês de novembro em janeiro de 2019. Até à presente data, esse montante mantém-se em dívida.

Relativamente à Segurança Social a instituição tem em vigor dois planos financeiros estando, também, a serem retidos valores referentes ao acordo de cooperação de forma a liquidar os valores em dívida.

Ambas as situações se encontram em processo e regularização.

16. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a UMP detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos noutras entidades	17 000,00	17 000,00
Outros Métodos	17 000,00	17 000,00
Outros Investimentos	8 048,08	7 012,70
Titulos da Dívida Pública (Justo valor)	55,42	55,42
Fundo Compensação Trabalho	5 492,66	4 457,28
Outros Títulos	2 500,00	2 500,00
Total	25 048,08	24 012,70

16.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Descrição	2018	2017
Fundadores/associados/membros	224,87	224,87
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Valor Líquido	224,87	224,87

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

16.3 Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Devedores por acréscimos de rendimentos	141 700,47	20 349,33
ISS, IP (Acordo Cooperação CIACL)	0,00	0,00
POISE	0,00	0,00
IEFP	0,00	4 985,91
POISE	141 700,47	15 363,42
CASES	0,00	0,00
Outros Devedores	129 474,75	233 148,75
Total	271 175,22	253 498,08

16.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os valores a reconhecer como gastos com Seguros e como rendimentos com a comparticipações dos utentes do CIDACL.

16.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	1 091,06	927,16
Depósitos à ordem	8 510,97	8 962,83
Outras Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Total	9 602,03	9 889,99

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, exceto quanto a recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos (p.ex. utilizações e amortizações de contas caucionadas, financiamentos por recurso a desconto de títulos, cheques e factoring).

Os pagamentos a fornecedores e outros englobam IVA e outros impostos e taxas liquidados nas transações realizadas. Os pagamentos ao pessoal não incluem as retenções efetuadas nem outros encargos devidos pela própria sociedade mas que não lhes sejam pagos, os quais são registados em outros recebimentos/pagamentos operacionais.

Os dividendos e juros recebidos são registados pelo valor líquido das inerentes retenções de impostos.

16.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores C/C	102 745,61	55 285,81
Total	102 745,61	55 285,81

16.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Estado e outros entes públicos				
Retenções de imposto sobre o rendimento		6 995,94		4 802,00
IVA				
Contribuições para a Seg. Social	8 989,46	41 040,20		12 020,53
Total	8 989,46	48 036,14	0,00	16 822,53

16.8 Outros passivos correntes

A rubrica “Outro passivo corrente” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Pessoal		
Remunerações a pagar	17 545,06	13 098,47
Credores por Acréscimos de gastos	44 229,29	22 450,54
Outros Credores (Entidades Parceiras Proj. POPH - Prev.Ganhar - POISE e outros)	322 993,98	26 368,30
Outros Credores - Caixa Econ. Montepio Geral	59 265,11	58 933,21
Total	444 033,44	120 850,52

16.9 Fundos Patrimoniais

Descrição	2018	2017
Fundos		
Fundo Inicial	6 948,79	6 948,79
Fundo de Administração	-271 327,43	-257 909,46
Fundo Solidariedade Associativo	266 755,34	266 717,46
Fundo Reserva Geral	-41 149,40	-6 225,25
Outras Variações - Doações	70 922,63	70 922,63
Resultados Transitados	-92 853,79	-48 936,20
Resultado Líquido do Período	-235 510,64	-92 221,83
Total	-296 214,50	-60 703,86

16.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	13 500,00
Serviços especializados	34 509,36	111 663,29
Materiais	2 480,85	9 023,68
Energia e fluidos	2 849,70	3 797,48
Deslocações, estadas e transportes	54 297,53	81 298,07
Serviços diversos	9 283,30	18 220,58
Total	103 420,74	237 503,10

16.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	6,84
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	5 607,33	34 440,27
Total	5 607,33	34 447,11

16.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	32,00 €	880,00 €
Outros Gastos e Perdas:		
Correcções relativas períod. anteriores	1 583,31 €	20 832,19 €
Quotizações	- €	- €
Enc.C/Realização Projeto POISE	126 337,05 €	177 996,70 €
Enc.C/Acordo de Cooperação IEFP	- €	43 265,86 €
Enc.C/CIACL	287 793,69 €	166 267,58 €
Outros Gastos	2 021,05 €	1 510,43 €
Outros Gastos Operacionais de Capacitação Não Financiados	288 478,67 €	
Total	706 245,77 €	410 752,76 €

Dos encargos assumidos em 2018 com o projeto POISE (no montante de 126.337,05 €), 100.575,44 € estão relacionados com gastos com o pessoal.

Dos encargos assumidos em 2018 com o CIACL (no montante de 287.793,69 €), 180.446,11 € estão relacionados com gastos com o pessoal.

A rubrica outros gastos inclui o montante de 288.478,67 € referentes a outros gastos operacionais de capacitação não financiados.

16.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3 473,11	6 651,75
Juros de mora e compensatórios	14,93	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	199,97
Total	3 488,04	6 851,72
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6,99	7,49
Total	6,99	7,49
Resultados financeiros	(3 481,05)	(6 844,23)

17. Acontecimentos após a data do balanço:

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em exercício em 5 de julho de 2019.

Lisboa, 5 de julho de 2019

O Conselho de Administração,

Presidente – Luís Alberto Sá e Silva,
em representação de A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista

Vice-Presidente – José Santos Almeida,
em representação da A Familiar de Espinho – Associação Mutualista

Vice-Presidente – José Vicente Costa de Carvalho,
em representação da Associação de Socorros Mútuos Fraternal dos Artistas
Vilafranquenses

Vice-Presidente – João Filipe Cardoso Esteves,
em representação da Associação de Socorros Mútuos “Protetora dos Artistas” de
Faro

Contabilista Certificado

Jorge Pedro do Vale Martins

V.PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com os Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas, o Conselho Fiscal apresenta às Exmas. Associadas o seu Parecer sobre o Relatório e Contas de 2018, elaborado pelo Conselho de Administração.

No âmbito das suas competências Estatutárias, o Conselho Fiscal apreciou a documentação contabilística de suporte e as Demonstrações Financeiras da UMP relativas ao exercício económico de 2018, tendo em especial consideração os trabalhos desenvolvidos pelo Contabilista Certificado e pelo Auditor Independente CFA – CRAVO, FORTES, ANTÃO E ASSOCIADOS – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Dr. João Paulo Marques, sendo nossa opinião que as Demonstrações Financeiras refletem a efetiva situação económica, financeira e patrimonial da União das Mutualidades Portuguesas a 31/12/2018.

No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal constatou algumas insuficiências no âmbito do acompanhamento e controlo administrativo e financeiro da UMP, dos quais se destaca i) a inexistência de regulamento interno que defina os critérios de atribuição, controlo e pagamento de ajudas de custo e/ou de reembolso de despesas (com deslocações e estadas ou outras), ii) a inexistência de regulamento interno no âmbito da seleção e contratação de pessoal, e bem assim para a aquisição de bens e serviços e, por último, iii) a inexistência de um plano de recuperação financeira da UMP, atenta à sua difícil situação económica e financeira.

Face à inexistência destes instrumentos de acompanhamento e de controlo administrativo e financeiro da UMP, o Conselho Fiscal reconhece que fica bastante dificultada, senão comprometida, o pleno cumprimento dos seus deveres estatutários, pelo que se reitera ao Conselho de Administração a recomendação para que urgentemente aprove, aplique e faça aplicar os regulamentos internos e o plano de reestruturação financeira da UMP referidos no parágrafo anterior.

PARECER

Em face do anteriormente exposto, o Conselho Fiscal é de opinião de que o Relatório e Contas de 2018 da União das Mutualidades Portuguesas e a respetiva proposta de aplicação de resultados estão em condições de serem aprovados pelas Exmas. Associadas, sem prejuízo da recomendação pela Assembleia Geral ao Conselho de Administração para que urgentemente adote as ações necessárias para o cumprimento das recomendações do Conselho Fiscal.

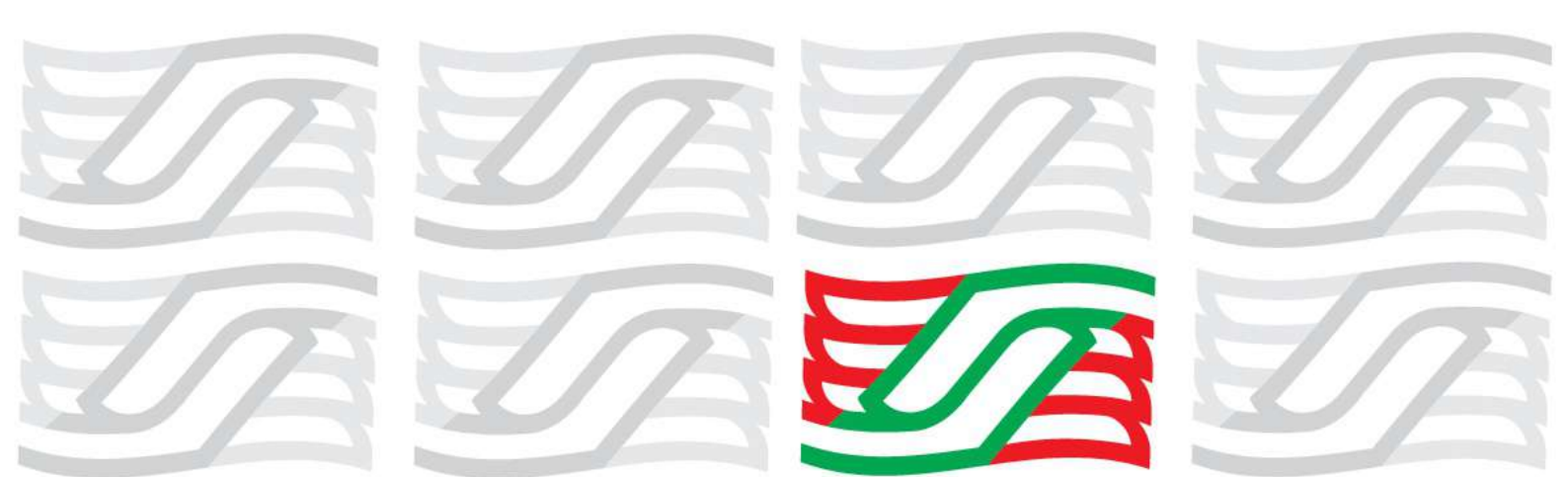
Lisboa, 11 de julho de 2019

O Conselho Fiscal

Presidente – António Moura de Sá,
Em representação da Previdência Familiar do Porto – Associação de Socorros Mútuos

Vogal – Jorge Carlos da Conceição Cordeiro,
Em representação da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro

Vogal – Manuel Gerardo Monteiro Dias,
Em representação da Associação de Socorros Mútuos e Fúnebre e do Concelho de Valongo



mutualidades
portuguesas

